O GOVERNO BORGES DE MEDEIROS E A GRANDE GUERRA: TERIA UM ESPIÃO DO KAISER HABITADO PORTO ALEGRE?

THE GOVERNMENT BORGES AND THE GREAT WAR: WOULD A SPY FOR THE KAISER INHABITED PORTO ALEGRE?

Stefan Chamorro Bonow[1]

Resumo

O início da primeira conflagração mundial, em 1914, provocou severos efeitos na vida do Rio Grande do Sul. A Alemanha havia sido o país de laços mais estreitos com o estado, rompidos por decorrência do bloqueio naval britânico, fato que afetou a importação e a exportação gaúcha. Como a etnia germânica esteve presente em todas as pontas da produção e circulação das mercadorias gaúchas, esse grupo foi protagonista importante do período. Em meio a essa realidade, Borges teve de procurar soluções enquanto tentava manter os ânimos serenos em prol da ordem. Como resultado, alguns inimigos políticos do governo não tardaram em levantar suspeitas e denunciar as possíveis vinculações deste com o governo imperial alemão. Portanto, o presente trabalho pretende pôr em evidência alguns elementos do tumultuado período vivido em Porto Alegre, entre os anos de 1914 e 1918.

Palavras-chave: Porto Alegre, Primeira Guerra Mundial, Alemães.

Abstract

The beginning of the first world war in 1914 caused severe effects on the lives of Rio Grande do Sul, Germany had been the country closer ties with the state, torn by a result of British naval blockade, a fact which affected the import and export Gaucho. As the Germanic race was present

1 Doutorando em História pelo PPG-PUCRS. Bolsista CAPES.

at all points of the production and circulation of goods Gaucho, this group was important protagonist of the period. Amid this reality, Borges had to seek solutions while attempting to keep tempers calm in favor of the order. As a result, some political enemies of the government were not slow to arouse suspicion and expose the possible connections with the government of imperial Germany. Therefore, this paper aims to highlight some elements of the tumultuous period lived in Porto Alegre, between the years 1914 and 1918.

Keywords: Porto Alegre, World War, Germans

A presença germânica no Rio Grande do Sul foi de grande relevância para a construção deste estado. No caso específico da sua capital, Porto Alegre, a ascendência (especialmente a econômica) foi bastante representativa. Seu número e intensidade, dentro do período de 1824 e 1914, tornou-se tão considerável que os mesmos chegaram a formar o grupo imigrante mais extenso (ROCHE, 1969) durante a maior parte deste período, sendo superados pelos italianos somente no final do século XIX (CONSTANTINO, 2007).[2]

Em Porto Alegre, a comunidade germânica possuía um contingente significativo. Antes mesmo do período republicano, "a cidade de Porto Alegre tinha [...] um 'quê' de alemão" (SILVA, 2004, p. 345).

A população germânica (alemã, enquanto

2 Iniciada em 1824, a imigração para o Rio Grande do Sul ocorreu porque as famílias podiam adquirir terras que seriam pagas em longas prestações. Tudo dependia do trabalho familiar nelas exercido, a demarcação, o roçado e a plantação, mas apesar disto, a região era preferida pela fertilidade do solo e pelo clima no qual os verões eram menos intensos do que no restante do país e os invernos, ainda assim, menos rigorosos que o europeu (KOTHE, 2007).

Nem todos os emigrados eram agricultores. Havia diversas profissões entre os recém chegados. Sendo assim, já no início do período republicano, importantes empresários de diversos setores envergavam empresas invejáveis de vultosos capitais e nomes germânicos (PESAVENTO, 1983).

portadores da cidadania oficial da Alemanha, no período posterior a 1871; e teuto-brasileira, de descendentes nascidos no Brasil) possuía um aporte financeiro destacável. Sua presença foi ímpar em meio às demais capitais brasileiras. Para resumir a importância econômica do grupo, tomemos de empréstimo as palavras de Sandra Pesavento ao afirmar que, "é impossível pensar as origens da indústria no Rio Grande do Sul ou a transformação de Porto Alegre de uma pacata cidadezinha açoriana numa cidade comercial e industrial sem a contribuição do capital alemão" (2004, p. 203). De acordo com Joseph Love (1975), para o volume total da produção do estado, em 1915, a comunidade germânica contribuiu com tantas empresas quanto aquelas de nome português.

Mesmo que a entrada de imigrantes, entre o período da proclamação da república e o início do século XX, tenha ficado muito aquém daquela ocorrida ao longo do século anterior, a migração perdurou (ROCHE, 1969). Nessa época houve uma maior entrada de mão-de-obra operária. Devido à origem familiar dos setores industrial e comercial gaúcho[3], e principalmente daquele fixado em Porto Alegre, houve maior estreiteza de laços entre o estado e a Alemanha. No caso da indústria, os operários alemães eram trazidos para melhorar o padrão produtivo das fábricas (BILHÃO, 1999). Quanto aos mesmos, pode-se afirmar que representaram tanto uma vanguarda técnica, quanto organizacional.

Quando surgiram as primeiras agremiações voltadas à reivindicação de direitos aos operários, elas eram marcadas pela preponderância de nomes alemães. A primeira organização operária relevante na cidade possuía um nome bem peculiar. A *Allgemeiner Arbeiter Verein*, fundada em 1892, congregava os trabalhadores da etnia alemã e, surgindo à mesma época que esta, apesar do nome nada revelador, a *Liga Operária*

3 Sandra Pesavento (1983) expôs a relação direta entre o capital comercial dos descendentes da imigração germânica e o capital industrial no Rio Grande do Sul.

Internacional igualmente foi fundada a partir da articulação dos operários alemães (PETERSEN, 2001). Esses indivíduos foram os responsáveis pelo desenvolvimento do movimento operário no estado (PETERSEN, 2001).

A partir desse sintético panorama a respeito dos efeitos da imigração alemã no Rio Grande do Sul, fica exposta sua relevância. Tanto na formação de capital investido quanto no fornecimento de mão-de-obra, ela foi determinante. Vejamos agora alguns apontamentos sobre a maneira pela qual se desenvolveu a relação dela com o restante da sociedade gaúcha, bem como a participação do governo estadual nesta.

A aproximação da região colonial junto à capital foi iniciada ainda durante o governo imperial, mas o estreitamento ocorreu durante a República. Contudo, sua trajetória foi atribulada, porque ela foi arrastada para o interior da disputa dos grupos políticos do estado.

A região gaúcha da Campanha[4] havia sido, no período imperial, a base de apoio político do senador Gaspar Silveira Martins. A criação da república alijou-a da ascendência sobre o poder. Quando do estabelecimento da linha política do novo governo, sob controle do Partido Republicano Riograndense, a Campanha passou a ser vista com desconfiança. O mesmo poderia se pensar em relação aos imigrantes germânicos. Tidos como simpatizantes da monarquia, haviam cultivado boas relações com Silveira Martins[5]

4 Joseph Love (1975), para fins de esclarecimento, aceita a divisão do Rio Grande do Sul em três regiões: Litoral, Serra e Campanha. Esta última é conhecida pelas colinas levemente onduladas, chamadas de coxilhas, região conhecida pela criação de gado e caracterizada pela divisão em extensas propriedades.

5 Político de formação liberal, ele ganhou prestígio entre os imigrantes germânicos por defender o direito de voto aos não-católicos (DREHER,1984). Enquanto senador pelo Rio Grande do Sul em 1889, Gaspar Martins era inimigo político do Marechal Deodoro da Fonseca, e teve papel indireto na proclamação da república quando chegou aos ouvidos do marechal o boato (iniciado com Benjamin Constant) de que

durante o período imperial.

No geral, o elemento de origem lusa manteve uma postura entre a desconfiança e a hostilidade (ROCHE, 1969, p. 114). Para muitos brasileiros que recebiam informações a respeito das colônias unicamente através dos periódicos, o problema social com os teuto-brasileiros parecia existir por causa da suposta formação de enclaves de população com costumes, tradições, língua e hábitos particulares. Algo que acabou interpretado como uma séria ameaça à soberania nacional.

Em realidade, a antipatia para com os imigrantes germânicos vinha de tempos. Na década de 1850 foi publicado um artigo em Leipzig denunciando aquilo que seria uma "escravidão branca". Era essa uma crítica, à exploração realizada nas fazendas de café do Senador Vergueiro, fato que gerou protestos do governo brasileiro, através do secretário da Legação Brasileira em Londres. Mesmo assim, em 1859, o governo da Prússia determinou a proibição da emigração para o Brasil, em virtude das denúncias de maus tratos. Pouco tempo antes, na década anterior, chegou-se até a cogitar, naquele país, o estímulo à emigração para o sul do Brasil. Prática que foi retomada anos mais tarde, quando percebido o potencial econômico da colonização.

O governo prussiano observou que, diferentemente das famílias que migraram para a América do Norte, na do Sul as gerações seguintes ainda não estavam plenamente integradas às novas sociedades, o que as tornava uma fonte de negócios em potencial. Em virtude disso, no final da década de 1890, o agora governo alemão

Martins substituiria Ouro Preto como Primeiro-Ministro de D. Pedro II (SILVA, 2005). Após a república, sendo a maior expressão política do estado no período monárquico, tornou-se o inimigo político dos ascendentes republicanos, liderados pelo jovem Júlio de Castilhos. Ambos guiaram seus respectivos grupos na deflagração da Revolução Federalista no estado (1893-95), que culminou na longa hegemonia dos republicanos. Gaspar Martins liderou a oposição ao governo, do seu exílio no Uruguai, onde morreu em 1901.

permitiu a migração para os três estados do sul do Brasil (CUNHA, 2000).

Passados os anos, a situação dentro do território brasileiro, ao invés de arrefecer, veio a ficar mais tensa, devido à unificação da Alemanha. A formação de um poderoso Estado se somou às razões para desconfiança, pois, ao modo de vida das populações teuto-brasileiras, atribuiu-se o motivo de ser parte de uma conspiração maquiavélica. Derivado dessa paranoia, o resultado foi:

> um mal entendido entre colonos e seus porta-vozes, de um lado, e os dirigentes rio-grandenses, de outro, onde uns veem senão o fruto de trabalho assíduo e a conservação das virtudes ancestrais, outros percebem os indícios de germanização das zonas povoadas pelos colonos. As vitórias da Prússia, a proclamação do império alemão, mais tarde o interesse da Alemanha pela colonização reforçam a desconfiança do Rio Grande a respeito de seus núcleos alemães (ROCHE, 1969, p. 114).

Acontece que, durante o Império, além de Gaspar Martins desfrutar de prestígio pelo fato de ter defendido o direito de voto aos não-católicos, ele também concordava com a eleição de representantes oriundos deste grupo (LOVE, 1975). Ainda por cima, para aumentar as suspeitas, teve ligações com ele o conhecido imigrante Karl von Koseritz, que foi uma importante liderança germânica. Apesar de Koseritz não ter desfrutado de unanimidade em meio a todas comunidades germânicas, possuía enorme prestígio em decorrência da sua contínua luta pelos interesses dos imigrantes. Ele pretendera equiparar os direitos políticos, a ponto de garantir a elegibilidade de imigrantes naturalizados, além de abolir a religião oficial do Estado (GERTZ, 2005).

Após 1889, a república deixou os imigrantes inseguros sobre o futuro. O fato, por certo, é que as opiniões estiveram constantemente divididas.

Posteriormente à queda de D. Pedro II, um evento em particular aumentou o dilema da questão alemã no estado. Koseritz, meses após á instauração do regime republicano, veio a morrer. Acontece que o fato se deu logo em seguida à decretação da sua prisão. A morte em circunstâncias nebulosas gerou consternação e, certamente, desconforto em relação ao Partido Republicano Riograndense (PRR), de Júlio de Castilhos, que se fixara no poder. No senso comum da época ficara a impressão de que as comunidades germânicas tinham inclinação para serem monarquistas ou maragatos (denominação dada ao grupo político dos seguidores de Gaspar Martins, depois de 1889).

Com a república, ocorreu uma grande naturalização. Todos os imigrantes, habitantes do Brasil, que não viessem a se manifestar contra a cidadania brasileira no prazo de seis meses seriam considerados brasileiros. A maioria vivia longe das cidades e dos consulados e não teve como se manifestar. Contudo, mesmo sendo brasileiros, continuavam a cultivar seus hábitos tradicionais e falando a língua de seus antepassados, o que fez aumentar a pecha de arredios. Ainda mais quando, nos anos posteriores, após ficarem sabendo da situação que envolvia sua cidadania, muitos começaram a redigir petições à Legação Diplomática alemã da capital gaúcha solicitando a antiga cidadania. Essa situação ficou pendente até 1913, quando a legislação alemã permitiu que fosse admitida a cidadania para descendentes de fora do país. Poucos meses antes da eclosão da guerra, em 1914, havia solicitações de cidadania ainda sob análise (KOTHE, 2007). Essa lembrança deve ter perdurado, nos anos subsequentes, e não deve ter repercutido positivamente junto aos demais concidadãos.

Era real e sincera a preocupação de intelectuais brasileiros com a questão da etnia germânica. Para Silvio Romero, era terrível a perspectiva de futuro, ante a proliferação de imigrantes no sul do país. A questão se tornava crítica a seus olhos, por ocasião da superioridade

do branco europeu, que traria desequilíbrio social ao se concentrar em um lugar específico. Para Romero, não havendo uma distribuição correta dos imigrantes, "as três províncias do extremo sul [teriam], em futuro não muito remoto, um tão grande excedente de população germânica, válida e poderosa, que a sua independência [seria] inevitável" (apud. SILVEIRA, 2004, p. 107). No início do século XX ocorreram diversas publicações, no centro do país, versando sobre a perspectiva sombria para o futuro da brasilidade nas regiões nas quais predominava essa gente (GERTZ, 1991).

Por certo, é sabido que as colônias mostraram no sul, ao longo do domínio do PRR, posições políticas distintas, desde o alinhamento até a aversão ao castilhismo. Da parte do governo que consolidava suas bases, por sua vez, prevaleceu uma atitude apreensiva, entre a busca pela integração, com o estímulo à participação política, e a tentativa de neutralização, mediante o uso de intervenções diretas e da simples repressão (GERTZ, 2005). Todavia, isso não impediu o desenvolvimento econômico das regiões, bem como sua integração com a capital e com o restante do mercado regional e mundial. Ao contrário, ela só fez crescer, o que pode ser interpretado como argumento para as críticas realizadas pelos maragatos, congregados em torno do Partido Federalista.

Acontece que, com o estabelecimento da república, a Inglaterra deixou de ser o principal exportador para o estado do Rio Grande do Sul (substituída pela Alemanha), algo que havia sido até a primeira metade do século XIX (SILVA, 1979). Para isso contribuiu o estabelecimento de linhas de navegação a vapor. Até o estabelecimento de um sistema de transporte que conectasse o sul do Brasil com a Europa, os comerciantes locais dependiam do Rio de Janeiro, onde se encontravam as linhas de transporte. Alterando as circunstâncias, antes mesmo do início século XX, foram inauguradas duas companhias marítimas, a *Norddeutscher*

Lloyd, da cidade de Bremen, além da *Hamburg Südamerikanische Dampfschiffahrtsgesellschaft*, da cidade de Hamburgo; ambas eram alemãs. A partir da década de 1880, o número de navios provenientes de Hamburgo conseguiu superar os de Liverpool (ROCHE, 1969).

Em Porto Alegre, essa tendência ficou bastante evidente. Na passagem da década de 1880 para a seguinte o número de estabelecimentos comerciais de nome germânico passou a ser o dobro do número de equivalentes que possuíam outras origens, chegando a quarenta e uma casas. Por sua vez, as de origem inglesa, francesa e italiana, juntas, chegaram apenas a quatro. Em 1914, o número de casas germânicas já era de noventa e seis, contra treze, somando juntas as das três origens citadas (ROCHE, 1969).

A liderança incontestável do capital controlado por casas comerciais de importação e exportação capitaneadas por alemães e teuto-brasileiros era equivalente na indústria. A importação e o comércio de máquinas, graças à abundante acumulação de capital, juntas, deram oportunidade à formação de uma vigorosa rede industrial (PESAVENTO, 1983).

De qualquer forma, o desenvolvimento da região colonial representou um ponto importante nos planos do governo estadual. Alheio a uma possível aliança, tanto o empresariado germânico quanto a administração estadual, saíram beneficiados. Sobre o assunto, Gunter Axt evidencia a importância, para o fortalecimento do aparelho governamental, ao afirmar que o mesmo pretendia "estender o raio da influência do comércio litorâneo sobre todo o território estadual, limitando, em especial a concorrência do comércio fronteiriço [...] absorvendo o potencial de acumulação da região colonial-serrana" (2001, p. 263).[6]

6 A Campanha, base política da oposição ao PRR, direcionou-se cada vez mais para o Uruguai como alternativa para escoar sua produção, fato que pode ser observado pela aproximação da malha ferroviária uruguaia em direção à fronteira gaúcha, reduzindo o custo do frete dos

Portanto, houve o aproveitamento político por parte do governo castilhista, e, posteriormente de Borges de Medeiros (sucessor de Castilhos no comando do PRR, após a morte deste, em 1903) com relação ao desenvolvimento econômico da região colonial. Por meio dele foi possível promover a diversidade produtiva do estado, algo que permitiria alcançar a autossuficiência, ao mesmo tempo em que enfraqueceria a base econômica dos inimigos políticos (que era calcada na pecuária para exportação).

Em consonância com o ideário positivista, a busca pela exportação deveria ser uma meta exclusiva para os produtos excedentes, uma vez que, justamente, nessa autossuficiência estaria o caminho para a obtenção da harmonia social. Daí há de se entender a intensidade de investimentos do governo para interligar comercialmente a região de imigração europeia (caracterizada pela produção de alimentos) com Porto Alegre. Servia para garantir o abastecimento local e ajudar na exportação de excedentes para o mercado nacional (HERRLEIN JR., 2000).

A despeito dos acontecimentos, as relações da comunidade germânica com o governo republicano foram contraditórias. De fato, inexistiu uma "posição teuta" organizada. Em nenhum momento existiu uma ação conjunta para a defesa dos interesses étnicos. Havia uma visão distorcida daqueles que estavam do lado de fora das comunidades. O que não impediu a continuidades do comércio.

No período imediatamente anterior à guerra na Europa, a Alemanha já era a segunda maior importadora de produtos do Brasil, somente atrás dos Estados Unidos. No ano de 1913, quase 25% das exportações do Rio Grande do Sul foram

latifundiários gaúchos. Assim sendo, por esse mecanismo, o governo gaúcho poderia impor, com o progressivo enriquecimento de outra área, submetida mais facilmente à sua autoridade, uma fragorosa derrota aos seus inimigos (HERRLEIN JR., 2000). A Serra era a região em que se encontrava a maioria dos imigrantes europeus.

destinados à Alemanha.[7] Quando a guerra foi deflagrada, em 1914, a união das companhias de navegação alemãs estava resolvida, inclusive, a reduzir as tarifas de transporte para mercadorias do país que fossem enviadas ao Brasil, com destino a Pelotas e Porto Alegre (O DIÁRIO, 7 de julho de 1914, p. 6).

A guerra frustrou a continuidade dessas transações, pois o eficiente bloqueio naval posto em prática pelos britânicos fechou as portas do mercado brasileiro para a Alemanha. Nem informações podiam ser trocadas entre um lado e outro do Atlântico, uma vez que os cabos submarinos alemães[8] haviam sido cortados, ainda no início das hostilidades. O quadro dos acontecimentos produziu a seguinte declaração de Borges de Medeiros, em sua mensagem anual:

> Em 1915 a diminuição da importação só na alfândega desta capital fez baixar a renda aduaneira de 53%, o que levou o digno inspetor a explicar o fato pela cessação da importação de origem alemã que, se não era a única neste estado, devido à germanização de seu comércio preponderava de modo incontestável, regulando mais do dobro das importações francesas e inglesas.[9]

A economia gaúcha sentiu o impacto do conflito. As exportações do Rio Grande do Sul caíram quase 40% de 1913 para 1914. No ano seguinte, o valor total das exportações permaneceu

7 RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 54, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

8 Primeiro o cabo que ligava Emden a Nova Iorque, nas proximidades dos Açores; em seguida, o cabo que ia de Borkum a Pernambuco, passando por Tenerife e Monrovia. Ver: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 12de junho de 1915, p. 3.

9 RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 53, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

abaixo do início da década.[10] As rendas aduaneiras caíram 53%. Impacto que mostra a superioridade das relações entre o comércio da capital gaúcha com a Alemanha. Sem dúvida, tal presença não foi única na cidade, todavia, foi determinante, uma vez que era superior ao dobro das importações feitas junto à França e à Inglaterra em conjunto.[11]

Para o governo, a perda de arrecadação foi o pior efeito, já que o imposto de importação era uma importante fonte de receita estadual. A receita obtida com a exportação se tornaria cada vez menor porque o governo, continuamente, abriu mão desse valor com o objetivo de estimular a produção, objetivando fazer o estado alcançar a desejada autossuficiência. Como decorrência da situação, maior ficou a dependência em relação a outros tributos, como os territoriais; os impostos sobre a posse e sobre a transmissão da terra (ALMEIDA; CARVALHO; PEREIRA, 1998). Acontece que, eram esses que incidiam com maior intensidade nos latifundiários da Campanha.

Se, por um lado, os nomes de origem germânica eram prejudicados com os tributos territoriais, por outro lado, havia outros tantos que desfrutavam de isenções fiscais no âmbito comercial. Em compensação, os negócios da região da Campanha eram menos diversificados, fazendo os efeitos da tributação territorial serem mais severos. Claro que havia pequenos colonos prejudicados na sua produção, que não se beneficiavam de isenção, todavia, mediante o uso de generalizações grosseiras, algum contemporâneo dos acontecimentos poderia afirmar, baseado em uma primeira impressão, que os históricos produtores da riqueza do estado estavam sendo prejudicados em benefício de indivíduos de lealdade duvidosa e de cultura

10 RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 54, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

11 RIO GRANDE DO SUL. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917, p. 53, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

pouco afeita à integração.

No contexto da guerra, a questão econômica se imiscuiu em meio às de ordem política. Não seria, portanto, surpreendente, da parte da oposição, o uso de ataques, à imagem do governo do estado, fundamentados em supostas simpatias ao povo alemão. O viés dessa abordagem encontrou maior campo para aceitação depois do naufrágio do navio mercante *Paraná*.

> Manifestações de protesto contra 'O Diário'
> O órgão alemão estava preparado para resistir ao povo
> Com a sua malévola insistência de qualificar de naufrágio o torpedeamento do Paraná, a folha tedesca 'O Diário' atraiu para si todas as iras populares.
> Esse incorreto procedimento, bem como a comparência ao embarque do cônsul alemão dos dois redatores de 'O Diário', mais agravou a situação desta folha [...] do deputado estadual sr. Alberto Bins, que esta era extrema defensora dos interesses alemães no Brasil, e um vínculo de ódio, de despeito contra o nosso povo e as nossas instituições (A NOITE, 16 de abril de 1917, p. 1).

Essa publicação veio em meio aos distúrbios de rua que se sucederam ao naufrágio do navio mercante brasileiro *Paraná*, cuja responsabilidade foi da Alemanha, embora a mesma tenha negado o reconhecimento.[12] A notícia publicada repercutia uma discussão que já vinha sendo travada no seio da intelectualidade. Bafejados pelos ares tempestuosos do *front* europeu, alguns intelectuais como Alberto Torres, Dunshee de Abrantes, Roque Spencer de Barros, Álvaro

12 Afundado à meia noite do dia 4 de abril de 1917, em águas territoriais francesas (O DIÁRIO, 8 de abril de 1917, p. 1). Em 31 de janeiro de 1917, a chancelaria alemã informou o mundo que estava realizando um bloqueio submarino irrestrito a qualquer navio que adentrasse à zona de guerra, sujeitando-os à possibilidade de ataque e consequente naufrágio.

Bomílcar, entre outros dos mais respeitados do período, debatiam os caminhos a serem trilhados nesses novos e incertos tempos, para colocar o Brasil numa posição mais privilegiada. Fazendo uso de palavras emprestadas, para descrever de forma sintética o ambiente da época, a "Primeira Guerra Mundial trouxe a questão nacional à ordem do dia, transformando o significado anterior do nacionalismo" (OLIVEIRA, 1990, p. 145).

Como efeito dessa nova atmosfera experimentada, as denominações utilizadas para fazer referência à Alemanha adquiriram significado negativo, transformando-se em conceitos. Ou seja, ser relacionado a valores alemães era motivo para se colocar em xeque a sinceridade do sentimento pátrio do indivíduo e para ver surgirem acusações de traição.

Em 1915, o deputado estadual oposicionista, Jorge Pinto, proferiu um discurso de denúncia na Assembleia dos Representantes. Ele questionou o motivo dos enormes gastos do governo com a polícia estadual (a Brigada Militar). Na sua interpretação, o governo do Rio Grande do Sul, que mantinha más relações com o presidente Wenceslau Braz, pretendia dar vazão à sua sanha militarista (adjetivo idêntico ao atribuído à Alemanha após a invasão da Bélgica), inspirada no exemplo dos campos de batalha europeu, ao financiar um movimento armado que pretenderia separar a região Sul, invadir o Uruguai, e formar um novo país.[13]

Em resposta aos ataques proferidos, o jornal *A Federação* lançou uma série de três artigos intitulados "O Rio Grande Prussianizado". O argumento inicial, repercutindo exatamente o constrangimento a que haviam sido submetidas as relações do estado com a União, negava que "o governo [queria] se apoiar nas baionetas para impor-se ao dr. Wenceslau Braz; que o estado despendeu trezentos contos com um milhão de cartuchos e armamentos; que auxilia linhas de

13 RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 11ª sessão, 13 de outubro de 1915, Memorial Legislativo.

tiro" (A FEDERAÇÃO, 15 de outubro de 1915, p. 1).[14]

A curiosidade do título residia no fato da referência ter se restringido à frase de chamamento ao leitor. Não obstante, o leitor fica sem resposta sobre o motivo da escolha do mesmo, uma vez que a Prússia sequer foi citada, nem uma única vez. Ou seja, supõe-se que havia um significado em voga para o neologismo, feito a partir do nome do Estado que deu origem à Alemanha. O governo refutava uma acusação de ser "prussiano" sem, sequer, entrar em detalhes sobre o significado da expressão.

No dia seguinte, o jornal continuou a se debruçar sobre o assunto. Em uma extensa defesa da atitude do governo estadual, o artigo buscava colocar por terra cada insinuação feita pelo deputado federalista. Comentava que a Brigada estava voltada à manutenção da paz. Que o tamanho do efetivo dessa corporação, ao contrário do alegado, não seria tão grande. O artigo comentou que seria inferior àquela que o estado de São Paulo possuía, sendo que a congênere paulista havia sido, inclusive, treinada por forças do exército francês (MCCAN, 2007, p. 146).

Por fim, o terceiro artigo terminava por defender o preparo da Brigada, cujo dever seria o de prestar auxílio aos municípios assolados por criminosos e, de justamente, servir de reforço ao exército na defesa do território. Ainda mais,

14 Durante a sucessão do presidente da república Hermes da Fonseca, o senador gaúcho Pinheiro Machado tentou fazer o sucessor deste, mas sem sucesso. Com poder em descenso, o senador tentou interferir na eleição para o governo do Rio de Janeiro, apelando para a ajuda no novo presidente, Wenceslau Braz. Como este se recusara a fazer, Pinheiro Machado teria mostrado um telegrama de Borges de Medeiros prometendo fazer oposição ao novo governo brasileiro, mas mesmo assim a ameaça não surtira efeito (CARNEIRO; SILVA, 1998, pp. 80-90). A partir daí, o PRR ficou um pouco fragilizado, deixando o flanco exposto para ataques dos inimigos políticos. Com isso, o estado saiu parcialmente prejudicado no cenário nacional. A solução encontrada foi se voltar para si mesmo, abandonando as aventuras nacionais (FAORO, 2001, p. 675-678).

segundo ele, diante das condições em que o exército se encontrava. Suas justificativas estavam recheadas de exemplos da guerra, cujo caso belga[15] se prestava para uma parábola da necessidade de manter um preparo militar adequado (A FEDERAÇÃO, 20 de outubro de 1915, p. 1).

Ao longo das três edições publicadas, nenhum dos artigos mencionou o motivo do termo "prussianizado", que fora empregado. Sempre, as questões das armas em excesso, do contingente das tropas e das relações mantidas pelo governo estiveram no escopo dos artigos. Logo, isso reforça a impressão de que havia uma vulgarização, uma compreensão popularizada daquilo que se pretendia transmitir mediante o uso do termo, já associado ao militarismo.

De maneira geral, objetivo desse periódico, a serviço do governo republicano gaúcho, era serenar os ânimos, evitando a ocorrência de retaliações contra um grupo étnico. Foi o caso do artigo, cujo título era "Como nasceu o império alemão", no qual, sucintamente, estava buscando desqualificar a ideia de conquistador que a imagem da Alemanha evocava.

> O rei Guilherme não ocultava que se sentia em primeiro lugar prussiano e em segundo lugar alemão. Já depois da guerra de 1866 mostrara pouco entusiasmo pela formação da Confederação Germânica do Norte, visto que lhe sorria mais – é Bismarck

15 A Bélgica foi invadida pela Alemanha em agosto de 1914 como parte do *Plano Schlieffen*. Esse plano alemão contemplava a possibilidade de uma guerra em duas frentes, contra a França e contra a Rússia. Preparando-se para uma guerra longa contra os russos, em virtude da extensão deste território, a Alemanha pretendia fazer um ataque surpresa aos franceses, entrando através do norte do país, mas para isto precisaria adentrar pelo território belga, o que de fato aconteceu (KEEGAN, 2005). A invasão da Bélgica despertou a ira da opinião pública internacional, pois, poucos anos antes, nas conferências de Haia, as grandes potências haviam se comprometido de respeitar a neutralidade belga e não atacar inimigos sem prévia declaração de guerra (TUCHMAN, 1990, p. 404).

> quem afirma – a grandeza da Prússia e a sua potência, do que a unidade constitucional da Alemanha. Para ele o título de imperador valia menos que o de rei da Prússia (A FEDERAÇÃO, 16 de abril de 1917, p. 1).

Com uma lógica bastante divergente daquela que havia sido evidenciada nas páginas de *A Federação*, o periódico *A Noite*, a respeito do suposto germanismo do governo rio-grandense, afirmava a vilania do povo alemão e, além disto, que "[eram] conhecidos por demais as ideias germanófilas dos deputados teutos que o partido republicano elegeu para a Assembleia" (A NOITE, 20 de abril de 1917, p. 1). Um tanto vem a calhar, a informação de que os seus proprietários tinham relações estreitas com o partido opositor (RÜDIGER, 1998, p. 59). Algo que, vinha a justificar os ataques dos rivais políticos dos republicanos, que se respaldavam nas alegadas inclinações do partido hegemônico no Rio Grande do Sul.

Iguais acusações foram propaladas por parte de *O Liberal*, cujas críticas ao governo, além do forte teor agressivo aos alemães, eram frequentes. Isso pode ser visto, quando escreveu que:

> O único Estado que tem um partido organizado é este, o Rio Grande do Sul e esse mesmo, para se manter, precisa fazer política 'Kaiseriana' – quem não é por mim é contra mim – do contrário, não se aguentaria, tal é a falta de cultura do nosso povo (O LIBERAL, 24 de abril de 1918, p. 1).

Independente da prática do Partido Republicano Riograndense, ao qual o artigo faz menção, e cuja veracidade não é o foco de análise neste momento[16], um ponto em especial,

16 Embora sejam conhecida a rigidez e a disciplina partidária inerente ao PRR, ligada à sua orientação ideológica (LOVE, 1975; PINTO, 1986).

adquire projeção. Toda referência correspondente a elementos ligado à Alemanha remetia a significados malévolos, bem como a adjetivos pejorativos, com os quais se poderia fazer troça.

Os periódicos se mostraram uma fonte constante de denúncias que diariamente levantavam casos de subversão alemã. Contudo as denúncias cumpriam, também, uma função de alavancar os brios nacionais, buscando respaldo nos exemplos das nações em conflito contra a Alemanha.

Em meio aos eventos, o governo britânico fazia uso de uma medida polêmica, lançada ainda em 1915. Foi posta em prática a *Statutory List*, vulgarmente conhecida como *Lista Negra* (ou *Black List*). Em virtude dela, os súditos britânicos ficavam proibidos de estabelecer relações econômicas com qualquer indivíduo ou empresa que tivesse origem em qualquer dos países inimigos – mesmo que estivessem em países neutros. Para a fiscalização, tiveram papel relevante os consulados britânicos, pois os agentes consulares deveriam listar os nomes dos desobedientes, para entregar ao *Foreign Office*. Acontece que, as investidas desses cônsules no Brasil redundaram em pressão sobre as empresas brasileiras. De diferentes estados do Brasil chegavam queixas relatando as pressões sofridas. Muitas delas estavam no Rio Grande do Sul.

O governo Borges de Medeiros se esmerou em atender aos clamores dos empresários citados na *Lista Negra*, fato que pode ser comprovado pela farta comunicação entre o presidente do estado e o Ministério das Relações Exteriores brasileiro. Nelas, Borges de Medeiros solicitava que o Ministro intercedesse a favor das firmas, afiançando o caráter brasileiro, bem como a importância das mesmas para a economia. O esforço nesse sentido foi politicamente explorado pela oposição que buscou reforçar a imagem do presidente do estado, como se este fosse germanófilo e aliado do *Kaiser*. Contribuíam também para as insinuações contra o governo gaúcho as boas relações cultivadas pelo governo

do PRR como exército nacional, fato que favorecia o epíteto de militarista atribuído ao partido no poder. De igual maneira, é sabido que a Alemanha cultivava grande apreço pela casta militar, de onde saíra parte da elite política do *Reich*, cuja origem, em última análise, era remetida à aristocracia *junker*. O que propiciava comentários jocosos e comparações indiscretas entre o Rio Grande do Sul e a Alemanha.

A crítica contundente pode ser observada em um discurso proferido pelo deputado Alves Valença, em 1917, eleito juntamente com outro colega na legislatura que começara nesse ano. Após o naufrágio do *Paraná* foram feitas muitas manifestações de desagravo, que culminaram com o empastelamento de um jornal favorável à Alemanha e com o incêndio de prédios pertencentes a clubes e empresas teuto-brasileiras, por isto foram proibidos novos ajuntamentos. Criticando a iniciativa do governo de cercear manifestações populares de cunho patriótico, o referido deputado disse que:

> Por que e para que toda essa violação do direito e da liberdade? Para defender a propriedade dos alemães? Permita [...] que eu lembre a esta casa que [...] frisei e bem nitidamente que não devíamos esquecer os deveres da hospitalidade que tanto nos orgulham; que devíamos manter o máximo respeito pelas pessoas e bens dos súditos alemães, honrando assim, as nossas fidalgas tradições [...].
> Continuo a pensar [...] que não se defendem as pessoas e bens dos súditos alemães com menoscabo dos nossos patrícios.
> [...] defendamos e respeitemos a propriedade e as pessoas dos alemães, mas não com o opróbrio, com a vergonha de sufocar os gestos de patriotismo de nossa mocidade, os entusiasmos de sua alma, a patas de cavalo e a golpes de chicote.[17]

17 RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes. 32ª sessão, 3 de novembro de 1917, pp.

A despeito das críticas dos inimigos, continuando a política já estabelecida por Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros mesclou a pressão direta com tentativas de cooptação sobre os cidadãos de ascendência germânica (GERTZ, 2005). Em determinados momentos, além de não se furtar a fazer elogios às importantes contribuições feitas por indivíduos dessa etnia no estado, também introduziu no partido alguns indivíduos que mais tarde se tornaram importantes na nominata republicana, como foram os casos de Alberto Bins, Arno Philipp, Frederico Linck, Edmundo Bastian e Jakob Kroeff (tanto o Filho quanto o Netto).

No ano de 1917 a disputa com o Partido Federalista se acirrou. Esse foi o ano da realização do Congresso Federalista (FRANCO, 2007). A tradicional defesa do parlamentarismo feita pelo partido opositor foi desdenhosamente atacada pelos republicanos através das páginas de *A Federação*. Nesses ataques, o órgão oficial do governo explicava que:

> um governo, para o organismo político e social, é a reação ordenada do conjunto sobre as partes. O parlamentarismo é a reação desordenada das partes sobre o conjunto. Os governos parlamentares, sob esse aspecto são um contrassenso. Os governos de gabinete ministerial, tão de molde do regime parlamentar, [...] falham quando sua ação é mais precisa [...] (A FEDERAÇÃO, 22 de março de 1917, p. 1).

Ao aprofundar os argumentos das críticas empregadas, o periódico para a fazer uso exemplos do imobilismo dos governos francês na luta contra a Alemanha, para mostrar a inoperância e a incompetência dos governos parlamentares na prática. Assim ele segue:

117-118, Memorial Legislativo.

> a França tem, por vezes, alterado a sua organização ministerial desde que estalou a guerra. [...].
> O novo gabinete constitui-se sob a presidência de Ribot, mas a liberdade de ação outorgada ao presidente do poder executivo para interpretar as decisões que melhor atendem à defesa nacional, é um gesto frisante que desmente o parlamentarismo e acode bem alto em favor do presidencialismo.
> Aliás, o parlamentarismo sempre foi um mito (A FEDERAÇÃO, 22 de março de 1917, p. 1).

Para arrematar e, de forma contundente, desmerecer o sistema parlamentar, justificando sua impraticabilidade, veio o arremate ao citar a Inglaterra, a grande referência mundial da supostamente enganosa superioridade política da civilização europeia e que já havia servido de inspiração no período imperial brasileiro: "mas, onde o fenômeno culmina como solene desmentido à forma de governo parlamentar, essa quimera que os federalistas riograndenses aspiram para o Brasil, é justamente na terra tradicional do parlamentarismo, na própria Inglaterra" (A FEDERAÇÃO, 22 de março de 1917, p. 1). Essa referência ocorreu em decorrência da mudança de gabinete Asquith, pela perda da confiança da coroa em um momento de tamanha crise, como foi a Primeira Guerra, o que só viria a minimizar a eficiência de medidas políticas que deveriam ocorrer em regime de urgência.

Desde o princípio, o PRR se apresentou como único partido verdadeiramente republicano, enquanto os seus adversários, cuja coesão girava em torno da memória de Gaspar Silveira Martins, eram vistos como arrivistas e monarquistas. Além do que, no ideário federalista constava o desejo de ampliar a intervenção do poder federal nos assuntos dos estados – algo que certamente minaria "a posição hegemônica do governo no poder" (FRANCO, 2007, p. 145). Como a

orientação do PRR tomava por base o referencial teórico positivista, somente em si parecia residir a perspectiva de verdadeiro progresso. Ao parlamentarismo, ficava a pecha de herança do desenvolvimento histórico do liberalismo – visto como uma força negativa que conduziria à desagregação (PINTO, 1986, p. 25). Enquanto no liberalismo o interesse maior seria a manutenção do equilíbrio dos interesses, aos positivistas era mais cara a regeneração moral da sociedade (RODRÍGUEZ, 2007).

Apesar dos argumentos relativamente sensacionalistas, vez por outra apresentados, fossem nos periódicos ou nos discursos políticos, os processos-crime e os autos policiais realmente constataram a existência de conflitos, motivados pela questão étnica, no cotidiano da cidade de Porto Alegre. A existência de pontos de vista antagônicos se mostrou um fato constante, levando a polarizações que redundaram, às vezes, em agressões cada vez mais ostensivas. Se no início chamava a atenção o caso de dois operários, um alemão e outro russo, brigando por causa de uma discussão sobre a guerra (O DIÁRIO, 1º de outubro de 1915, p. 5), com os anos, episódios assim ficaram mais comuns e vistos com satisfação. Foi esse o caso[18] do conflito ocorrido na pensão Pillmann. Nele, houve conflito físico por decorrência de divergência de opiniões sobre a guerra, entre o proprietário (Pillmann), apoiado por funcionário de mesma origem alemã e o pensionista Germano Wittrock. Ratificando o motivo de causa patriótica, a vítima, que fora despejada de seu leito por Pillmann, protestou a necessidade de

> internação dos bandidos na Casa de Correção [...] perigo à Nação Brasileira, que ambos são inimigos figadais.
> Poderes Públicos escutais pois as vozes unânimes dos Brasileiros abaixo,

18 RIO GRANDE DO SUL. Processo-Crime n. 829, maço 50, estante 29, 1917, Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

testemunhas do ato, que rogam a internação dos inimigos perigosos de nossa querida Pátria.

Na variegada gama de elementos fornecidos ao longo da trajetória germânica no Rio Grande do Sul não faltaram situações limites e problemáticas que expuseram os imigrantes, bem como os seus descendentes, aos olhares desconfiados dos indivíduos que não partilhavam de suas particularidades. O que parece ficar mais evidente e que se buscou explorar nesse contexto atribulado, à guisa de esclarecimento, foi vincular um drama social fundado em preconceitos, envolvendo as comunidades germânicas, com oportunistas especulações políticas. Afinal, espalhar boatos a respeito de possíveis relações do governo gaúcho com os interesses alemães foi a maneira encontrada pela oposição para atacar a hegemonia daquele, utilizando-se, para tanto, de um temor revigorado que já era conhecido dos brasileiros: "o perigo alemão".

Especulações que adquiriram maior intensidade depois de abril de 1917, quando o afundamento do *Paraná* levou à ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha. A partir desse momento específico, as manifestações xenófobas vieram de maneira acelerada, apenas, para dar prosseguimento a querelas já existentes, como a rivalidade entre federalistas e republicanos. Algo que justificaria a canalização das frustrações em prol de um movimento expiatório próprio de uma identidade brasileira em construção e ainda mal resolvida.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Pedro; CARVALHO, Maria Lúcia; PEREIRA, Paulo Roberto. Incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 254-301, 1998.

AXT, Gunter. *Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. São Paulo: USP, 2001. Tese (doutorado), Faculdade

de História, Universidade de São Paulo, 2001.

BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e Solidariedades no Movimento Operário (Porto Alegre – 1906-1911)*. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas; SILVA, Hélio. *O Brasil e a 1ª Guerra* (1915-1919). Rio de Janeiro: Editora Três, 1998.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930). In: GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti (Org.). *República*: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007.

CUNHA, Jorge Luiz da. Conflitos de interesses sobre a colonização alemã do Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 183-233, 2000.

O DIÁRIO. Porto Alegre, 1914/1915.

DREHER, Martin Norberto. *Igreja e germanidade*: estudo crítico da história da igreja evangélica de confissão luterana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1984.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, 1915/1917.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. 1ª ed., Passo Fundo: Méritos, 2007.

GANS, Magda R. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2004.

GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1991.

_____. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter (Org.). et al. *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

HERRLEIN JR., Ronaldo. *Rio Grande do Sul, 1889-1930*: um outro capitalismo no Brasil meridional? Campinas: Unicamp, 2000. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Universidade de Campinas, 2000.

KEEGAN, John. *História ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

KOTHE, Mercedes Gassen. Os descendentes alemães. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. 1ª ed., Passo Fundo: Méritos, 2007.

O LIBERAL. Porto Alegre, 24 abr. 1918.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria*: história do exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A NOITE. Porto Alegre, 16 abr./20 abr. 1917.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *RS:* agropecuária colonial e industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. De como os alemães tornaram-se gaúchos pelos caminhos da modernização. In:

MAUCH, Cláudia (Org.). *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ulbra, 2004.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja nossa pátria*: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PINTO, Celi. *O Positivismo*: um projeto político alternativo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

RIO GRANDE DO SUL. Anais da Assembleia dos Representantes, 1915.

_____. Anais da Assembleia dos Representantes, 1917.

_____. Mensagem do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul à Assembleia dos Representantes, 1917.

_____. Processo-Crime n. 829. Réu: Henrique Pillmann. Maço 50, estante 29, 1917.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O castilhismo e as outras ideologias. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Org.). *República Velha (1889-1930)*. 1ª ed., Passo Fundo: Méritos, 2007.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

SILVA, Elmar. Ligações externas da economia gaúcha *(1736-1890)*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS*: *Economia e Política*. 1 ed., Porto alegre: Mercado Aberto, 1979.

SILVA, Haike Roselane K. de. *Um olhar imigrante*: Porto Alegre na perspectiva de quem chega. In: Vários. Imigração e imprensa. Porto

Alegre: EST, 2004.

SILVA, Hélio. *1889*: a república não esperou o amanhecer. Porto Alegre: L&PM, 2005.

SILVEIRA, Éder. *A cura da raça*: Eugenia e Higienismo no discurso médico sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Dissertação (Mestrado), Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 2004.

TUCHMAN, Barbara W. *A torre do orgulho*: um retrato do mundo antes da Grande Guerra (1890-1914). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.